

SOBRE A GRAMÁTICA DAS CORES EM WITTGENSTEIN

João Carlos Salles Pires da Silva
Professor do Departamento de Filosofia da UFBA
jcsalles@ufba.br

1. Nosso objeto é a gramática das cores na obra de Wittgenstein. Logo, relações internas entre cores e não relações externas entre pigmentos, raios luminosos ou processos retinianos, que subordinariam a investigação gramatical a um tratamento hipotético, interessando precipuamente a físicos, psicólogos ou antropólogos. Cabe, pois, investigar o uso normativo das palavras para cores, porquanto, assim, pretende Wittgenstein uma descrição gramatical pode perfazer o que seria próprio de uma fenomenologia, na medida em que seu alvo nunca é a verdade da percepção, mas antes suas condições de sentido. A reflexão gramatical incide, então, sobre coisas que, paradoxalmente, perdem sua cor quando passam a ter cores, ou melhor, quando ter cores é estar determinado por padrões para o uso correto de expressões descritivas de nosso campo visual.

2. Há dois momentos especialmente propícios a tal investigação. Primeiro, quando Wittgenstein, a partir da recusa, em 1929, de uma linguagem primária, dirige sua atenção para os aspectos gramaticais da linguagem ordinária que poderiam perfazer a exposição das condições de possibilidade de enunciados sobre os dados dos sentidos, constituindo-se na gramática das proposições da física. E, finalmente, em 1950, quando se opõe ao próprio projeto de uma qualquer fenomenologia, radicalizando ainda mais sua crítica ao essencialismo do *Tractatus*. Esses dois momentos foram, por isso mesmo, des

tacados, recortados, deixando um tanto à margem outros milhares de parágrafos sobre cores, com os quais, todavia, a tese nunca deixa de contar — por isso, *gramática das cores* e não, simplesmente, *as cores em Wittgenstein*. Nesses dois momentos, traços essenciais da reflexão gramatical se determinam, até porque se confrontam e, contrapostos, ressaltam, também pela reiteração, o ponto de unidade desta tese, que é certamente sobre a gramática das cores, mas *na obra de Wittgenstein*. Desse modo, a tese não se limita a reproduzir a descrição, enfim gramatical do emprego de palavras para cores; ela antes acompanha, organiza e favorece a leitura da *atividade terapêutica* que se faz por meio dessa descrição gramatical. Isto é, aventurando-se em um espólio ainda pouco discutido, procura ordenar um sem-número de parágrafos desgarrados, de anotações quase desconexas, sem anular a tensão que os constituiu. Logo, torna-se também descrição de uma atividade algo errante, em meio à qual, apenas, a cor pode figurar como autêntico *exemplo*: uma situação conceitualmente confusa que sempre solicita e estimula o filosofar.

3. Não por acaso, modelos cromáticos (instrumentos de descrição, cuja arbitrariedade testemunha sobretudo sua autonomia) tiveram destaque nesta tese, tendo sido necessário esclarecer a pleno algumas ilustrações do espólio gráfico de Wittgenstein. Vale, porém, lembrar: tais modelos interessam ao permitirem separar uma instrução de representação do real de proposições gramaticais, que delimitam a possibilidade de representação do real. Com modelos cromáticos, bem como com instruções de pintura, estamos, pois a jogar o jogo da descrição, no qual se pode mostrar-se o essencial à leitura de nossa experiência da visão. Por conta disso, mesmo o mais datado dos modelos cromáticos pode, a par de sua finalidade prática, visar além da contingência com o que o artista nos ensinaria a reconhecer algo como essencial. Em outras palavras, um modelo interessa se e quando a harmonia que almeja, e acaso

atinge, não é mais uma mera questão de gosto. E modelos cromáticos diversos (octaedros, duplos cones, círculos) são analisados de forma minudente por Wittgenstein, que neles reconhece uma representação panorâmica de regras gramaticais acerca do emprego dessas expressões que descrevem nossa percepção. Desse modo, como a essência se expressasse na gramática, as observações gramaticais de Wittgenstein sobre cores exploram, em parte, o conjunto de regras que a forma dos modelos exhibe e, logo, o que faz sentido dizer com palavras para cores, que espécie de objeto uma cor pode ser.

4. A primeira exploração inicia-se após a renúncia a uma linguagem primária. Tratava-se, então, de contornar o impasse decorrente do fracasso da análise de proposições sobre cores, qual seja sua incompatibilidade seria irreduzível a uma expressão no espaço lógico, cuja forma não daria conta de dimensões qualitativas do objeto. Como sabemos, com o fracasso da análise, o *Tractatus* entraria em colapso. Contra o aforismo 5.3, teríamos proposições complexas que não resultam de operações de verdade sobre elementares, ou (contra 4.211) proposições simples e, não obstante, incompatíveis, ou ainda (contra 2.061) estados de coisas dependentes entre si — quando a comparação com a realidade deveria ser a fonte exclusiva da verdade de uma proposição elementar, em conformidade com 2.223 e 2.224. A análise fracassa e a incompatibilidade ampla não se resolve em uma contradição, uma vez que, dada a idempotência dos elementos subordinados a uma determinação numérica, a gradação não encontraria uma adequada representação funcional. Isto é, uma proposição que atribua um grau (um matiz, por exemplo) a uma mancha não poderá ser analisada de modo veri-funcional, pois assim ou os graus se anulariam porque idempotentes ou, caso distintos, continuariam a excluir-se. E uma proposição vazia, no espaço das cores, pareceria, contudo, significativa no espaço lógico. Para evitá-lo, Wittgenstein recorre à noção de exclusão e esboça o projeto de uma linguagem primária, plástica, com

a conseqüente tentação fenomenológica de apanhar necessidades regionais no campo do empírico.

5. Alguns meses depois, ainda em 1929, Wittgenstein renuncia a esse projeto, dizendo-o mesmo absurdo, pois cedo percebe que importaria em algo como a produção, à maneira de Mach, de uma imagem nebulosa do campo visual. Não se pode, contudo, fazer uma imagem visível da imagem visual. O campo visual não se duplica, sob pena de perder sua autonomia, de passar a ter um dono. A indistinção dos limites do campo visual e a indistinção de um seu esboço jamais se equiparariam, simplesmente porque ‘indistinção’ significa diversamente nesses contextos. Tentar tal reprodução seria oferecer uma nítida imagem do indistinto, uma imagem exata do confuso, e pôr limites (borrados que sejam) a isso que não tem limites nem se deixa referir sem indistinção. A nebulosidade do desenho elimina a nebulosidade do campo que, entretanto, deseja representar; e a ausência de limites, essencial ao campo, anula-se com ele. No entanto, se o inexato escapa até ao inexato, a linguagem ordinária bem serve ao propósito de representar determinadamente o que envolve vagueza, sendo sua luz oblíqua uma luz possível e suficiente, contanto que, resistindo à linguagem com seus meios, não nos concentremos na verdade da percepção, mas na sua possibilidade gramatical. Com isso, a exploração gramatical do espaço das cores pode iniciar-se, recusando-se Wittgenstein a descartar o que se lhe impunha com força de necessidade — à diferença, por exemplo, do modo quase científico de um Schlick. Explorar o espaço das cores equivale então a esclarecer o sentimento profundo por que reconhecemos em proposições desse tipo a força de necessidade. Não está ainda claro quão interior é a relação entre tal necessidade e os fatos mais gerais da vida. Tampouco é colhida a necessidade em jogos de linguagem, mas já temos um caminho claro para a unidade entre o amplo e o restrito, a saber, o tratamento uniforme de ambas as incompatibilidades não passa mais pela simples redução da

restrita à ampla, mas pelo reconhecimento de sua comum natureza gramatical. Uma proposição como *Em um ponto do campo visual, em um dado tempo, só há lugar para uma cor* seria uma proposição gramatical disfarçada, de modo que negá-la não é uma contradição, conquanto contradiga sim uma regra de nossa gramática. Fenomenologia é, portanto, pura gramática, e as proposições cifradas no octaedro estão imunes a resultados inesperados de alguma mistura. Ou seja, um modelo cromático não é empregado hipoteticamente nesses casos, não serve a algum experimento: ele é empregado para efeito de cálculo.

6. A segunda exploração é suscitada por um confronto direto com Goethe. Cabe então destacar, por um lado, a crítica à unilateralidade da análise fenomenológico-morfológica de Goethe, que não poderia, segundo Wittgenstein, quer servir-se das lições da pintura quer instruir os pintores; por outro lado, cabe salientar a transformação alegórica da experiência da pintura. Ensinando-nos o essencial da visão de cores, o olhar do artista, agora traduzido em comportamentos, em regras de representação, passa a servir ao *exemplo* das cores, afastando confusões conceituais pregnantes, como a de que sobre cores aprenderíamos por olhar. A *matemática da cor* do emprego que Goethe transformara em fenômeno primordial não se quebra, por conta disso, nem se lhe esvai a necessidade: o problema é sua generalização, que fundamentaria uma análise fenomenológica como a de Goethe. Logo, como o afirma Wittgenstein, no célebre parágrafo 53 do manuscrito 176, não há fenomenologia, supondo-se que uma qualquer se fundamentaria em uma identidade nos conceitos de cor, resultante das relações internas postas por um único emprego. Enquanto, ao contrário, parágrafo 56, a diversidade é clara.

7. Criticada tal unilateralidade, que denunciaria o fracasso de uma qualquer fenomenologia diante de problemas

fenomenológicos legítimos, os vários capítulos gramaticais da cor podem encontrar-se doravante em um livro que não é mais gramática alguma. Uma cor conceitualmente escura, como o cinza, ou seja, uma assim determinada por nossos jogos e apenas a partir deles, nunca será vista como brilhante; o branco nunca será visto como transparente, embora possa ser visto, em certos casos, como não sendo a cor mais clara. Ora, este tipo diverso de impossibilidade, que comporta um lídimo problema fenomenológico, nós podemos bem descrever, mas no contexto da gramática dos usos, no contexto da gramática do ver. Pelo contrário, seriam ineludíveis as dificuldades da *Doutrina das Cores* de Goethe, ou melhor, de sua fenomenologia ou de qualquer fenomenologia que dependa de uma uniformização das ferramentas conceituais da linguagem, dada a indeterminação, em nossos jogos, do conceito de identidade de cor. Isso, porém, que significaria o fim da fenomenologia (*neste particularíssimo sentido*) não deve constituir uma dificuldade séria para uma gramática dos usos e antes a solicita e justifica. Como não há um puro conceito de cor, resultado de um uso único e uniforme; como são muitas as diferenças, sem que um conceito abstrato seja satisfeito por qualquer instância cromática ou sejam os termos para cores intercambiáveis; como nossos conceitos se ligam a usos particulares e temos por isso conceitos de cor para substâncias, outros que se referem a superfícies, outros ainda a brilhos, sem esquecer os que se aplicam a corpos transparentes: as relações internas não precisam restringir-se ao limitado e exato jogo das tapeçarias!

8. Ao acompanharmos essas duas explorações do espaço das cores, que ora registramos de modo sucinto e impreciso, talvez tenhamos produzido pouco além de um comentário exaustivo a uma frase banal, de aparência inocente, que editores juntaram às suas anotações pessoais, como se fora de relevância biográfica e pouco teórica: As cores estimulam o filosofar. Elas

parecem propor um enigma, que estimularia sem afligir. Talvez até isto explique a paixão de Goethe pela Doutrina das Cores, comenta Wittgenstein. Ora, se estimulam especial e reiteradamente o filosofar (à diferença, digamos, do jogo de xadrez), é preciso conceder autonomia ao tema e determinar seu estatuto de exemplo, sem que nos obriguemos à tentadora, mas especiosa idéia de uma latência prospectiva, a uniformizar o recorrente e homogeneizar quanto se reitera. Mediante uma mudança de aspecto e ênfase em uma latência retrospectiva, que a muitos pode parecer uma deformação, pudemos ler o *Tractatus* à luz do aforismo 6.3751, bem como, em decorrência, lemos os textos subseqüentes à luz difusa da alternância entre a incompatibilidade ampla e a restrita e das tentativas sucessivas de um tratamento uniforme de proposições gramaticais, como a que afirma geométrico o abismo entre o verde e o vermelho. Da mesma forma, pudemos confrontar defesas discordantes da autonomia do campo visual, que, segundo reza forte imagem, sempre se expressaria em saturação recíproca com as cores. Acompanhamos ainda a peripécia prodigiosa de múltiplas e também diversas negações de uma certa fenomenologia, enfim cifrada no enunciado do *paradoxo de Goethe* — que, por sinal, põe em questão até mesmo o beneplácito outrora dirigido ao octaedro e também destaca um importante aspecto: os manuscritos 172, 173, 176 e 169 do espólio de Wittgenstein, redigidos em 1950 e editados em parte como *Anotações sobre as Cores*, também podem ser iluminados por uma importante relação entre os parágrafos 73 e 53 do manuscrito 176, qual seja, a relação entre não ter Goethe escrito para pintores e não haver uma fenomenologia (apesar dos muitos e legítimos problemas fenomenológicos). Tendo, pois, sempre em conta seu estatuto de *exemplo*, de ocasião natural do filosofar, de amálgama de trivialidades e paradoxos, a autonomia e a centralidade do tema das cores reinventam o andamento (por vezes, lento) da obra. Como a conjurar fantasmas renitentes, a obra subordina-se, de preferência, ao signo da terapia. No caso, terapia da suposição

corriqueira de um fundamento extralingüístico para a determinação conceitual das cores e, sobretudo, de suas relações internas, mostrando-se a necessidade, após a investigação da lógica dos conceitos de cor, inerente a formas tão-somente lingüísticas, e todo aspecto gramatical relevante (como a simplicidade mesma da cor, que sempre se julgou tocar por ostensão) revela-se interior à linguagem, ou melhor, é uma função de nossos usos de expressões para cores. O exemplo coincide agora com a melhor alegoria.

10. Vale, enfim, anotar que esta tese, tendo enfrentado dificuldades adicionais pelo estado da edição do espólio, trouxe um saldo nítido. Reconstituímos uma parte importante do *corpus* wittgensteiniano, ou seja, restabelecemos o texto com todas suas variantes, restauramos a ordem correta de seus parágrafos e também corrigimos a datação de anotações sobre cores de 1950. E o resultado desse trabalho, a saber, o texto restabelecido de parte dos manuscritos 169, 172, 173 e 176 do espólio, apresentado, no segundo volume da tese, é um saldo considerável e talvez o único inequívoco de todo nosso esforço.

* Este texto é um breve resumo da Tese de Doutorado em Filosofia: SILVA, João Carlos Salles Pires da, *A Gramática das Cores em Wittgenstein*, Campinas, UNICAMP, 1999, vol. 1 (367 páginas) e vol. 2 (261 páginas). A tese foi orientada pelo Prof. Dr. Arley Ramos Moreno e foi submetida, em 18 de março de 1999, ao julgamento da banca, composta pelo orientador e pelos Profs. Drs. Bento Prado de Almeida Ferraz Júnior, Carlos Alberto Ribeiro de Moura, Oswaldo Giacoia Júnior e Paulo Roberto Margutti Pinto. A tese está disponível também na Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.